



## CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

### Procuradoria Jurídica

1

**PARECER JURIDICO 44/2022**  
**07 de Outubro de 2.022**

PROCESSO : **PROJETO DE LEI 52/2022**  
PROPONENTE: **PODER EXECUTIVO**  
REQUERENTE DE PARECER: **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### 1- RELATÓRIO

Foi solicitado parecer jurídico por esta Comissão acerca da legalidade, formalidade e Constitucionalidade do Projeto de Lei 52/2022 de autoria do Prefeito Municipal Fernando Gorgen, que altera a Lei nº 318, de 08 de setembro de 2004 que dispõe sobre autorização legislativa para alienação com fins sociais de imóveis de propriedade do município de Querência-MT.

O projeto veio instruído com justificativa onde em poucas linhas o senhor gestor informa que a municipalidade visa atualizar os nomes dos atuais beneficiários das doações dos imóveis com o intuito de permitir a regularização dos mesmos perante o cartório de registro de imóveis. É o relatório do essencial.

Ab initio, considera-se conveniente a consignação de que a presente manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam no Processo Legislativo em epígrafe até a presente data, e tem como finalidade prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da aprovação dos mesmos considerando a sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Querência, conforme dispõe as atribuições do procurador jurídico legislativo contido no anexo IV na Lei Municipal nº 965/2015.

São atribuições do Procurador Jurídico legislativo(...)  
Analisar e emitir parecer das matérias em tramitação  
na Câmara quando solicitado;

Impende salientar que, a emissão deste Parecer por esta Assessoria não substitui o parecer de mérito emitido pela Comissão especializada, composta pelos representantes do povo, que constitui manifestação legítima deste parlamento, que deverá analisar todas as nuances sociais e políticas da proposta ora analisada.

Pois bem, passemos a análise jurídica da proposta.

#### 2- ANÁLISE JURÍDICA

Pertinente ao projeto "sub examine" verifica-se que a presente proposta de lei de autoria do Executivo Municipal, **visa modificar os "beneficiários das doações de imóveis** feitas pelo município no ano de 2004, por meio da Lei 318 de 08 de setembro do mesmo ano".

A Lei em comento autorizou o município a doar referidos imóveis para fomentar programa de regularização fundiária de interesse social no Município. Desta feita, os



## CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

### Procuradoria Jurídica

2

beneficiários passaram por uma triagem, cumpriram alguns requisitos, e também sofreram algumas restrições ao receber a doação sendo elas:

- a) Cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo período de doze meses;
- b) Cláusula de reversão.

Por este motivo, a alteração desta norma ordinária, há que se observar o mesmo processo legislativo usado para sua instituição, ou comprovar o cumprimento das obrigações trazidas pela mesma, isso porquê a Lei 318/2004 impingiu aos beneficiários carência para alienação dos imóveis de 12 meses em seu artigo 2º vejamos:

Art. 2º - A escritura de doação ficará gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo período de doze meses, a partir da sua lavratura.
--

**Desta feita, o projeto para a modificar a norma de autorização legislativa deverá conter:**

- a) **Demonstração do interesse social; “OU”**
- b) **Cumprimento do prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 318/2004 para alienação do bem;**

Cumpra esclarecer que a Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público devidamente demonstrado, e qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público.

A doação de bem público depende de grande cautela, isso porquê, a doação pura e simples ( sem encargos ) só é permitida a outros órgãos da administração pública, enquanto que as doações de bem imóvel público à particular só pode ocorrer se cumpridos os requisitos da demonstração do relevante interesse público, o que não consta nos autos deste processo legislativo.

Mister alertá-los, sobre a observância do interesse público como requisito essencial para permitir as doações de bens públicos a particulares, e observância sobre a possibilidade de equívocos, quando estas forem dissociadas de políticas públicas consistentes, que estejam vinculadas às atribuições constitucionais do Município.

Por fim, deve ser lembrada a necessidade de atendimento dos Princípios Constitucionais Administrativos, previstos no artigo 37, da Constituição Federal, ou seja, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, sob pena de, inserir os gestores responsáveis nas sanções da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92).

### 3.0 CONCLUSÃO:

A guisa dessas considerações, essa Procuradoria Jurídica **RECOMENDA** aos nobres vereadores que requeiram a comprovação do “Relevante Interesse público da medida” OU a “comprovação do cumprimento da cláusula de inalienabilidade trazida no artigo 2º da Lei



## **CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**

### **Procuradoria Jurídica**

3

318/2004", sob pena de responderem solidariamente em caso de interpelação judicial por improbidade administrativa.

**Este é o parecer s.m.j**

Ainda em tempo, vale ressaltar que não compete a esta Procuradoria manifestar acerca da "Conveniência e Razoabilidade" desta proposta, cabendo aos doutos edis sua apreciação no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação do mesmo, respeitando para tanto, as formalidades legais e regimentais.

**Kelly Cristina Rosa Machado**  
**Procuradora Jurídica**  
**OAB/MT 13.449**  
**Matrícula 39**